

É “tirar o time” e denunciar os culpados

Uma das conseqüências dos processos de crise econômica, política e social é a paralisia que vai tomando conta das diversas esferas do governo até produzir o imobilismo total. Este problema, como se pode observar neste caótico Brasil da “Nova” República, acaba por aprofundar mais a crise, que por sua vez amplia o descrédito e a inércia governamental. Em várias ocasiões, desde a morte de Tancredo Neves que o conduziu ao poder, o presidente Sarney tentou demonstrar ao país que sua administração tinha condições de ordenar as finanças públicas, reduzir a inflação e repor a economia na trajetória do crescimento.

23-01-1989

Embora quase ninguém acreditasse muito nessas promessas desde sempre descumpridas, poucos poderiam imaginar os resultados desastrosos que foram produzidos pelo governo Sarney em regime de parceria com um dos mais irresponsáveis Congressos da nossa história republicana. Quem se der ao trabalho de olhar para o que está acontecendo com o déficit público, a inflação, a máquina burocrática federal e as empresas estatais, vai concluir depressa que todas as promessas feitas pelo presidente da República no dia 15 de janeiro, quando foi lançado o Plano Verão, jamais passaram de intenções, ou, até, de bem menos do que isso.

Em vez de um déficit operacional próximo de zero, tudo o que esse engodo de Verão está conseguindo é um rombo de 8 a 10% do PIB, apesar do desmentido pouco convincente do ministro João Batista de Abreu, feito em tom surpreendentemente irado. Para o titular da Secretaria de Planejamento, as críticas dos empresários ao governo nessa área do déficit não passam de meros pretextos para que eles (empresários) deixem de cumprir a parte que lhes cabe.

Essa estranha forma de raciocinar do ministro Abreu não poupar os economistas, acusados de fazer “meras especulações” sobre o déficit com base em avaliações incorretas do nível dos encargos da dívida pública. O único tiro no alvo no destampatório do ministro foi o que atingiu os burocratas das empresas estatais por ele condenados pela insistência com que pedem aumentos de tarifas para saciar “uma vontade incontrolada de investir a qualquer custo” e para poderem pagar melhores salários, a fim de evitar o desconforto de administrar conflitos trabalhistas.

O pior é que, além de todas essas investidas contra empresários privados e economistas, o ministro do Planejamento admitiu que não existe a mais remota possibilidade de acertar com o FMI a meta de um déficit público próximo a zero em 1989. Isso estaria acontecendo, na visão particular de Abreu, “em função principalmente das contas da Previdência Social e das dos Estados e municípios”. Obviamente o ministro podia ter se poupado o trabalho de dar esse esclarecimento, pois há muito tempo todo o país tem certeza de que a meta combinada com o FMI já foi para o espaço, em virtude do enorme aumento dos encargos da dívida pública, da perspectiva de déficit nas empresas estatais e da queda da arrecadação federal em relação às previsões orçamentárias.

Embora Abreu considere que apenas a Petrobrás e a Eletrobrás estejam com seus preços defasados, não constitui segredo para ninguém que as subsidiárias da Siderbrás — entre tantas outras estatais — também esperam autorização para elevar seus preços. E serão reajustes bem maiores do que o governo dá a entender em suas explicações a respeito da chamada saída do congelamento, que começaria pelos setores mais competitivos, prosseguiria com os preços dos produtos supérfluos e só depois atingiria os preços dos produtos básicos e as tarifas das empresas estatais.

Enfim, estamos entrando numa fase de aumentos de preços que deve pressionar para cima os índices de inflação e prejudicar a meta governamental de um índice entre 8 e 10% ao mês até o final deste ano. Além disso, existe a possibilidade de que esses aumentos venham bem mais depressa do que o governo supõe, em virtude das crescentes reivindicações salariais de categorias com grande capacidade de barganha, como os metalúrgicos do ABC e do interior, e da possibilidade de que a Fiesp recorra à Justiça para aumentar preços e, assim, enfrentar os reajustes de salários e os aumentos nos preços dos insumos.

Em outras palavras, antes mesmo de dar o reajuste pretendido pelos sindicatos, a indústria paulista já pensa em aumentar preços, o que pode criar uma perigosa espiral de preços-salários. No entanto, o risco de uma hiperinflação não é o único que paira sobre a economia brasileira. A virtual paralisação dos investimentos privados, a sensível redução dos investimentos públicos e o aumento do desemprego na Grande São Paulo (que segundo pesquisa feita pelo Dieese e pela Fundação Seade atingiu 10,5% em março, com um total de 837 mil pessoas sem trabalho) prenunciam o aumento da recessão nos próximos meses.

Assim, considerando que o governo Sarney caminha para a sua fase final, há razões para supor que o imobilismo federal vá aumentar e que somente um milagre nos poderá salvar do descontrole inflacionário e da estagnação. O ministro Maílson da Nóbrega tem razão ao demonstrar seu desalento diante da crise — uma bomba que vai ficar armada até a posse do próximo presidente da República. Isso se não explodir antes e destruir a frágil democracia brasileira, que tem na nossa retrógrada classe política o seu inimigo mortal.

Por isso mesmo, julgamos que, em vez de se permitir rompantes contra os alvos errados, o ministro do Planejamento e, especialmente, o ministro da Fazenda, chefe da equipe econômica do governo, prestariam um serviço à nação se decidissem deixar o cargo e revelassem as razões que levaram o Plano Verão ao fracasso. Sabemos que se trata de uma decisão extremamente difícil. Mas permanecer no governo nas condições atuais também representa uma ameaça à imagem de um homem que deu tudo de si, mas que, mesmo assim, não conseguiu fazer com que nenhuma luz penetrasse as cabeças entrevadas de nossos políticos e que não foi compreendido nem mesmo por seus companheiros de governo.